

Assunto:

MEIO AMBIENTE / Lagoa do Abaete



As dunas de Itapuã

Para preservar a lagoa e uma pequena parte das dunas do Abaete, a Prefeitura do Salvador criou o Parque do Abaete, mas que até hoje não foi demarcado. Na verdade, o projeto não saiu do papel. E o resultado é que as invasões continuam proliferando de tal sorte, que dentro de pouco tempo nada restará do pretendo parque.

A alegação da Superintendência de Ordenamento e Controle do Uso do Solo — Sucom, é de que faltam fiscais para trabalhar nos finais de semana, do que se aproveitam os invasores para edificar, às pressas, suas construções sem alvará.

Parece uma saída muito desprovida de fundamento essa desculpa da fiscalização municipal. Se existir realmente um controle das edificações pelos seus prepostos que, supõe-se, fiscalizam durante a semana, é evidente que, na segunda-feira, quando retomarem as suas atividades, identificarão de imediato as construções começadas no sábado e no domingo, e logo embarcarão aquelas sem alvará, ou recorrerem à Justiça para demolir as que fossem ilegalmente retomadas ou concluídas. Com um procedimento desses, que evidentemente deve ser o da fiscalização, as invasões estariam sob controle e não continuariam avançando. Ou será que uma casa se edifica da noite para o dia? E o que dá a entender quando os funcionários da Sucom expedem notificação contra edificação em fase final de acabamento.

Para que as dunas de Itapuã, outrora um dos cartões-postais de Salvador, e que de certa feita foram confundidas com a neve por um embaixador britânico que visitava a capital baiana, não desapareçam de uma vez, basta que a fiscalização municipal trabalhe certo.

Caminhão não tem hora

Caminhões basculantes, caçambas, guardamoveis e até carretas não têm horários para trafegar nas apertadas ruas de Salvador, nas avenidas de vale, para estacionar onde bem querem e entendem seus condutores. Com isso, o trânsito tem seus crônicos problemas de congestionamento agravados, os transportes coletivos têm sua circulação dificultada, os motoristas de automóveis são praticamente impedidos de arrumar vagas para estacionar nas zonas azuis, exploradas pela prefeitura e a qualquer momento tomadas por operações de carga e descarga.

Já houve tempo em que placas colocadas pela prefeitura estabeleciam locais onde era permitida a parada de caminhões, com fiscais exigindo sua observância. Inexplicavelmente, porém, tanto a fiscalização municipal quanto a polícia de trânsito deixaram de lado o problema e o que se vê, atualmente, são veículos pesados de diversos tipos atrapalhando o fluxo do tráfego, tomando indevidamente vagas das zonas azuis, fechando ruas. Se fecha os olhos a tudo isso, a prefeitura também não pune as empresas que têm caminhões basculantes ou betoneiras que espalham concreto e outros materiais a esmo, como se fosse a cidade um buraco necessitando de entulho. Não será difícil à administração identificar as empresas a que pertencem betoneiras e basculantes, desde que se disponha a zelar pela cidade e encontrar uma boa fonte de recursos para obras necessárias a população, oriunda da aplicação de multas aos que infringem as posturas municipais.

A doença generalizou-se

Pelo simples fato de seu presidente haver se licenciado por uma semana para uma pequena intervenção nas cordas vocais, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro não teve sessões por igual período. A Casa tem vice-presidente, outros componentes da Mesa que poderiam dirigir os trabalhos, mas todos preferiram aproveitar a "deixa" e cruzar os braços. Se não ganharam jêtons em sessões extraordinárias, também não perderam dinheiro pelos dias em que não trabalharam.

Exemplos como este deslustram a atividade política, embora infelizmente não sejam raros. Percebendo subsídios que eles próprios estabelecem, os parlamentares não se preocupam, sequer, em comparecer às sessões para justificá-los, na mesma prática incidindo câmaras municipais, de capitais ou cidades interioranas, num ocio generalizado. Se a isso se acrescentar a aposentadoria precoce dos parlamentares e vereadores, que em geral passam a gozá-la aos oito anos de mandato legislativo, ter-se-á chegado à caracterização de uma verdadeira casta de privilegiados num país onde a miséria e a pobreza representam um terço de sua população, o equivalente a população da França, por exemplo, onde o trabalhador só atinge a aposentadoria após 35 anos de serviço e assim: mesmo condenado a receber proventos irrisórios que não mantêm a sobrevivência. Paradoxalmente, são os representantes do povo os que mais se distanciam de seus deveres e compromissos assumidos no calor das praças públicas durante as campanhas eleitorais, transformados, uma vez no exercício dos mandatos, em sanguessuga do dinheiro do povo. É uma lástima o desserviço que prestam à atividade política e a própria democracia.